



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

POSSIBILIDADES PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESDE A AMÉRICA  
LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI

**Diego Boehlke Vargas** (FURB/PPGDR/NPDR) - [vargasdb@gmail.com](mailto:vargasdb@gmail.com)

*Economista, mestre em Desenvolvimento Regional, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau.*

**Ana Cláudia Moser** (FURB/PPGDR/NPDR) - [aninhamoser@gmail.com](mailto:aninhamoser@gmail.com)

*Cientista social, mestra em Desenvolvimento Regional, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau.*

## **Possibilidades para pensar o desenvolvimento regional desde a América Latina:**

contribuições de Silvia Rivera Cusicanqui

### **INTRODUÇÃO**

Desenvolvimento e desenvolvimento regional têm sido utilizadas enquanto categorias em diversas abordagens do pensamento social latino-americano, com destaque para o período a partir da segunda metade do século XX. Considerando a diversidade presente no pensamento social latino-americano e sua influência nas teorias que tratam do desenvolvimento regional, analisar elementos que fazem parte do que se entende por desenvolvimento à luz de perspectivas críticas do pensamento social contribuem para as reflexões sobre o campo do conhecimento relativo ao desenvolvimento regional, bem como para a construção de novas análises a partir do território.

As contribuições que têm origem na socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, cujas propostas procuram refletir sobre as formas de colonização da produção do conhecimento científico, podem se aliar às análises regionais que partem das desigualdades geográficas. Deste modo, permitem refletir sobre as intensas contradições do sistema capitalista por uma perspectiva desde e sobre a América Latina, além de auxiliar na definição e construção dos possíveis campos de ação política.

Embora as miradas a partir do pensamento social latino-americano sob o desenvolvimento regional estejam pouco construídas, ambas as perspectivas valorizam as escalas regionais na compreensão das diversidades vividas pelos indivíduos. Assim, algumas perguntas iniciais podem contribuir no entendimento deste estudo. Qual a relevância em refletir sobre o desenvolvimento regional no contexto da América Latina? Por que examinar a contribuição de Silvia Cusicanqui? O que o desenvolvimento regional pode lograr a partir do mundo *ch'ixi*? A colonização intelectual atinge as perspectivas sobre o desenvolvimento regional? O pensamento social crítico latino-americano deve apoiar um processo de desmercantilização das relações socioeconômicas?

Cabe dizer que a discussão sobre o campo do desenvolvimento regional, bem como parte das perguntas anteriores, vem compondo as pesquisas no âmbito no Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB). O tema também se insere nas preocupações relativas às teses de doutoramento dos autores deste artigo, cujas reflexões tendem a colaborar com a execução dos trabalhos junto ao PPGDR/FURB.

Considerando esse cenário, a partir da revisão bibliográfica e análise de obras selecionadas de Silvia Rivera Cusicanqui, o presente artigo propõe, de um lado, uma reflexão sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional como elementos que compõem relações de poder próprias do desenvolvimento capitalista e, de outro, pensar alternativas cognitivas e de ação política desde e com o desenvolvimento regional.

Para tanto, organizou-se o texto por meio das seguintes seções, além desta introdução e das (in)conclusões do artigo. Na primeira seção, procura-se realizar algumas breves reflexões sobre desenvolvimento regional no contexto latino-americano. Em seguida, uma segunda seção mais densa, foi dividida em itens que permitem compreender algumas das principais contribuições da leitura de Silvia Cusicanqui para pensar o desenvolvimento regional: a epistemologia *ch'ixi*, colonização intelectual e desenvolvimento na América Latina, um novo Mercado para uma nova Economia.

## **REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO**

A ideia de desenvolvimento vinculada à organização social e econômica dos territórios é relativamente recente uma vez que ganha relevância pública e reconhecimento entre os “*experts*” de diversos Estados nacionais somente ao final da década de 1940 com a invenção do seu termo oposto, o subdesenvolvimento. O programa norte-americano, exposto pelo governo Truman, que procurava levar desenvolvimento para o mundo trazia uma nova percepção do “eu” e do “outro” ao criar uma maioria heterogênea e diferente: “daquele momento em diante, [2 bilhões de pessoas] deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila [...]” (ESTEVA, 2000, p. 60).

Com a cristalização das bases do desenvolvimento a hegemonia teórica/científica moderna tratou de subjugar espaços economicamente menos relevantes resultando em variadas alternativas para escape da condição indigna na qual estes territórios foram classificados – claramente o território latino-americano incluía-se/inclui-se nesse processo, cuja orientação adquiriu um “poder colonizante súbito e violento”. Por consequência, “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social.” (ESTEVA, 2000, p. 63).

Na América Latina, esta crítica esteve presente primeiramente na Teoria da Dependência e em intelectuais da esquerda que procuraram romper com a modernização econômica e o etapismo do desenvolvimento, cabendo destacar Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Theotonio dos Santos, cujos argumentos denunciavam o processo de desenvolvimento colonial e a contínua – e planejada – exploração capitalista como próprio sujeito criador do subdesenvolvimento.

Por diferentes caminhos, ao longo da segunda metade do século XX, a leitura sobre desenvolvimento atravessa uma fase de “aprimoramento” conceitual, representando fortemente o crescimento da renda per capita dos povos ditos atrasados. Este movimento passou tanto pela Organização das Nações Unidas já na década de 1960 e em seus posteriores relatórios anuais – os quais, mais tarde, contribuiriam para a perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento e com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano – quanto pelo Banco Mundial, além de outras perspectivas teóricas, originando diversos adjetivos com propriedades endógenas, integradas, de justiça social,

inclusivas, humanas, culturais e, também, vinculadas à espacialidade do desenvolvimento.

Deste modo, a regionalização do desenvolvimento entra em discussão a partir da interdisciplinaridade contida na *ciência regional*. Em 1954 o tema institui-se cientificamente com a criação da *Regional Science Association*, por Walter Isard e um grupo de mais de 60 economistas, geógrafos, cientistas políticos, sociólogos e teóricos urbanistas, cujo objetivo principal estava em promover o estudo sobre as regiões utilizando os métodos e referenciais teóricos das ciências sociais, além de outras formas que promovessem compressão à regionalidade do desenvolvimento (BENKO, 1999; ISSERMAN, 2001). Uma das questões estava na análise das diferenças regionais do crescimento e do desenvolvimento: ao mesmo tempo em que se tratava de uma preocupação com o crescimento das regiões, também era com a formação da desigualdade no espaço. Com efeito, tais preocupações levam à formação de um quadro teórico para a formulação do conceito *desenvolvimento regional*.

As reflexões sobre o desenvolvimento regional propõem a compreensão de aspectos multidimensionais que tomam espaço nos processos de desenvolvimento em determinadas regiões. Entretanto, o desenvolvimento regional não está restrito às análises dos campos do desenvolvimento e da região, pois trata-se de um objeto multidisciplinar e suas análises buscam sistematizar, analisar e compreender processos de desenvolvimento econômico, social, político e espacial. Tal tarefa reúne esforços de diferentes disciplinas, como a Economia e a Geografia, porém não se restringe a essas áreas do conhecimento. Logo, podemos dizer que os estudos do desenvolvimento regional constituem um conjunto interdisciplinar de análises que se constroem a partir do conhecimento produzido no campo das já citadas Economia e Geografia, mas também da Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, e até Arquitetura e Direito (THEIS, 2019).

Podemos caracterizar o desenvolvimento regional como uma teoria de médio alcance. A teoria de médio alcance representa um campo que caracteriza mais que uma simples hipótese, mas ainda não configura uma teoria consistente. São teorias que se encontram próximas da realidade analisada, podendo ser testadas empiricamente. Por essa razão, as teorias do desenvolvimento regional analisam elementos específicos em uma realidade social, ou seja, estão além de simples hipóteses, mas não conformam grandes teorias capazes de abarcar de forma geral os sistemas sociais (THEIS, 2019).

Enquanto a produção científica sobre as escalas se consolidava nos países centrais, a produção latino-americana sobre as especificidades do desenvolvimento nos países periféricos produziu uma diversidade de estudos críticos que não tiveram divulgação e visibilidade para além do subcontinente e, mesmo no interior da América Latina, a circulação das ideias não se deu de forma ampla (BRANDÃO, 2018).

No início do século XXI, a América Latina se converteu em um espaço singular para a construção de uma alternativa pós-liberal, formado por direções como o neo-desenvolvimentismo no Brasil e Argentina e direções um pouco mais radicais como o socialismo do século XXI e o bem viver na Bolívia, Equador e Venezuela. Contudo, após o entusiasmo da primeira década, que colocou a América Latina no cenário mundial como um laboratório mundial pós-liberal, o

neoliberalismo retoma projetos que colocam em questão o intervencionismo estatal populista (FERNÁNDEZ, 2016).

Um aspecto comum entre as análises que fazem uso da noção de desenvolvimento regional é sua associação com o desenvolvimento econômico. Outro elemento presente nas pesquisas realizadas no contexto do desenvolvimento regional é a dicotomia entre o conhecimento positivo e o conhecimento normativo. Reconhecer essa dicotomia implica entender como se constroem as narrativas a respeito do que existe e daquilo que se almeja para o futuro. Tal diferenciação é inadequada para a tentativa de diferenciar desenvolvimento regional como dado empírico de desenvolvimento regional como propósito, pois tais elementos são interligados (THEIS, 2019).

### **SILVIA RIVERA CUSICANQUI: UMA INTERPRETAÇÃO LATINO-AMERICANA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Silvia Rivera Cusicanqui é uma sociologia e historiadora boliviana (La Paz, 1949) que tem realizado muitas reflexões a respeito de uma epistemologia indígena; um pensamento próprio e criativo a partir dos povos. A palavra *ch'ixi*, cuja noção será explorada nas linhas a seguir, permitiu a Cusicanqui abordar a mestiçagem como uma categoria emancipatória.

Sua carreira como docente na Universidad Mayor de San Andrés (Bolívia) estendeu-se por mais de trinta anos, mas, atualmente, tem realizado atividades de ensino no espaço político e cultural denominado *El Tambo*, o qual deriva do conjunto de experimentos pedagógicos organizados pelo *Colectivo Ch'ixi*, situado em La Paz (CACOPARDO, 2018).

#### **A EPISTEMOLOGIA COLETIVA CH'IXI**

A vivência da socióloga Silvia Cusicanqui fez com que se deparasse com uma crise de sentido diante do neoliberalismo no espaço latino-americano. Esse processo de reflexão sobre o fazer científico e suas implicações para a compreensão da realidade a fez abandonar a escrita acadêmica e explorar com maior profundidade o mundo da imagem, criando o que chamou de sociologia da imagem. Ao fazer uso da história oral em seus trabalhos recorreu a interpretação de elementos que permitiram dar voz e compreender as visões de mundo daqueles sujeitos.

Suas análises nos colocam diante do desafio de romper com o mito de comunidades indígenas que se encontram invisíveis, limitadas, pobres, presas ao passado e restritas cognitivamente. Aponta como essa visão serviu perfeitamente para justificar discursos e ações civilizadoras (por vezes violentas). Além disso, mostra como a proposta civilizadora e suas implicações seguem fazendo parte de discursos políticos e acadêmicos incorporadas nas noções de desenvolvimento e erradicação da pobreza (CUSICANQUI, 2015).

Deste modo, uma das formas de organizar a oralidade presente na riquíssima trajetória de Silvia Cusicanqui manifestou-se a partir da apresentação escrita do “mundo *ch'ixi*” ou da epistemologia *ch'ixi*. A epistemologia de elaboração coletiva *ch'ixi* se trata de um “esfuerzo por superar el historicismo y los binarismos de la ciencia social hegemónica, echando mano de conceptos-metáfora que a la vez describen e interpretan las complejas mediaciones y la

heterogénea constitución de nuestras sociedades (CUSICANQUI, 2018, p. 17). É um olhar a partir dos povos tradicionais e identitários da América Latina para pensar e experimentar um novo mundo, questionando-se sobre a possibilidade de um mundo *ch'ixi*.

Enquanto as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo debate sobre a iminente homogeneização das sociedades latino-americanas, desde 1990 esse território vem sendo compreendido a partir de uma “múltipla irrupção de passados não digeridos e indigeríveis” (CUSICANQUI, 2018, p. 17, tradução livre), seja a partir das lutas indígenas, feministas ou meio-ambientais, cujas defesas coletivas e articulações sociais são um desagrado para instituições internacionais e políticas nacionais com caráter globalizante.

*Ch'ixi*, em *aymara*, idioma oficial na Bolívia e no Peru, possui distintos significados simbólicos. A tradução mais pura se refere a um tipo de tom de cinza, uma cor que, vista de longe, se parece com cinza, mas, de perto, percebe-se que é formada por diversos pontos de cor: manchas brancas e manchas pretas entrelaçadas. O *ch'ixi*, seja como tecido para as vestimentas ou marca corporal, distingue figuras e entidades, as quais possuem a capacidade de ultrapassar fronteiras e incorporar lados opostos.

Além disto, pedras consideradas místicas e energéticas, como a andesita e o granito, que também possuem texturas formadas por pequeninas manchas brancas e pretas, dão origem a animais poderosos: entidades indeterminadas, pois não são brancas, nem pretas, mas as duas coisas ao mesmo tempo. Do tecido *ch'ixi*, ainda, é feito o *q'urawa*, o estilingue ou funda andina historicamente empregada para caça e para guerra, mas ainda utilizada em confrontos urbanos, greves e bloqueios de estradas. Em geral, o *q'urawa* é tecido com lã de camelídeos, entre eles a lhama, mas com um trançado para trás, assim como é o caso de muitos objetos utilizados em rituais, os quais são confeccionados com lã torcida para trás, por conterem significado sagrado (CUSICANQUI, 2018).

Os significados do *ch'ixi*, por si só, transitam entre os aspectos culturais e políticos da compreensão proposta pela sua percepção do mundo e sociedade que o envolve. Tanto do ponto de vista mais simbólico quanto prático e palpável, a epistemologia *ch'ixi* condensa a defesa pela heterogeneidade e diversidade dos povos latino-americanos.

EXISTE UN MUNDO CH'IXI; es decir, algo que es y que no es a la vez, un gris heterogéneo, una mezcla abigarrada entre el blanco y negro, contrarios entre sí y a la vez complementarios. Es así como nuestras ciudades se han ido deformando y formando en mixturas irreverentes, ya que intentan todo el tiempo liberarse de los esquemas de lo que quiere decir ser una ciudad, un país o una sociedad, más aún cuando la sociedad que marcan que sigamos, está diseñada para mantener un status. Es por eso que las expresiones culturales se han convertido en el grito de guerra de estas necesidades, para romper estos esquemas en sus entornos (SIMBIOSIS CULTURAL, 2015).

Essa experiência de mundo também contém a tarefa de pensar os processos de colonização e descolonização latino-americanos a partir do reconhecimento dos sujeitos interlocutores dos grupos subalternos no próprio idioma. *Jiwasa*, por exemplo, é um termo que designa a quarta pessoa gramatical em *aymara*, além das três pessoas gramaticais mais convencionais,

eu, tu, ele/ela. *Jiwasa*, não se refere ao Eu, no plural, mas se trata, às vezes, de uma pessoa singular, noutras vezes, uma pessoa coletiva. Ou seja, *jiwasa* significa nós, como pessoa, como sujeito de enunciação; um nós inclusivo, pois, envolve o interlocutor formando uma singularidade. A multiplicidade de sentidos presentes no *aymara* permite, assim, vislumbrar diferentes modos de pensar a realidade colonial, colonizada, mestiça e mesclada (CUSICANQUI, 2018).

Para aprimorar esta ideia, cabe mencionar a compreensão sobre a pessoa gramatical correlata, o Eu, no plural, *nanaka*. Ao contrário de *jiwasa*, *nanaka* é excludente, pois, se refere a “eu, e os meus, mas sem você”, ressaltando sua utilização ocorre, então, por um sujeito interlocutor que estabeleceu uma relação de poder sobre os demais indivíduos e/ou coletivo social. Por isso, os grupos e sujeitos subalternos, “se autodefinem ante el poderoso como *nanaka*: nosotros los diferentes, los opuestos a ti.” (CUSICANQUI, 2018, p. 82, grifo da autora).

Por outro lado, cabe destacar certo “assédio da diversidade” à leitura intelectual sobre as heterogeneidades latino-americanas. O tema da diversidade e da heterogeneidade passou a compor as análises mais diversas – até mesmo aquelas mais duvidosas politicamente – sobre indiferentes tipos de formações sociais (Estados). A banalização de conceitos profundamente críticos provocou, assim, um esvaziamento de conteúdo e uma taxonomização arbitrária das então chamadas “práticas teóricas”.

Nossa sociedade é marcada pela confrontação cultural e civilizatória. Nesse espaço as palavras possuem um lugar importante, pois não correspondem ou encobrem seus significados. Foram utilizadas para adotar ideologias igualitárias, mas que deixaram parte significativa da população sem direitos. Inclusive, os discursos públicos se transformaram em formas de não dizer. É, nesse contexto, que “las palabras se convirtieron en un registro ficcional, plagado de eufemismos que velan la realidad em lugar de designarla” (CUSICANQUI, 2015, p. 175).

Deste modo, Silvia Cusicanqui entende que a instrumentalização racionalista da ciência, a qual também perpassa sobre o tema da diversidade, asfixia os povos latino-americanos e bloqueia o pensamento crítico nas universidades, na esfera pública e no debate político. Somado a este contexto, mais recentemente, incluem-se as manifestações em defesa do “desenvolvimento”, os quais “intentan encubrir los núcleos más duros del ethos colonial: doble moral, autoritarismo y actos flagrantes de perversión ética, todo lo cual acusa una irresponsable falta de lucidez política.” (CUSICANQUI, 2018, p. 21-22). É por meio deste pensamento crítico sobre a produção do conhecimento latino-americana que o tema “colonização intelectual” recebe uma relevante análise a partir da epistemologia *ch'ixi*.

Além disso, passa a reconhecer e a apontar, sistematicamente, a presença da situação de colonialismo interno. Trata de destacar os processos sociais ligados ao colonialismo interno que determinam formas de dominação, por meio das quais há um disciplinamento burocrático ligado à segregação colonial. Esse fenômeno implica na sobreposição de formas de violência nas quais os horizontes do passado e suas formas arcaicas e modernas de dominação exercem influência sobre a sociedade (CUSICANQUI, 2015).

## COLONIZAÇÃO INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

As dinâmicas em torno do colonialismo devem ser entendidas e reconhecidas como componentes estruturantes das sociedades, bem como intrínsecas à formação cultural dos territórios, cujo caráter opressivo e silenciador é reproduzido diariamente sobre as diversidades. Por meio desta perspectiva, Cusicanqui (2018) entende que há uma intencionalidade da descoberta da “problemática colonial” latino-americana ter ocorrido apenas mais recentemente, quando os processos de dominação em torno do discurso ideológico desenvolvimentista já estavam muito bem estruturados.

Enquanto, por exemplo, no contexto da Guerra Fria, muitos territórios africanos passavam por intensos processos de descolonização e lutas armadas para a libertação nacional, a orientação dominante norte-americana a partir do Banco Mundial levava “desenvolvimento” àqueles espaços considerados “em vias de desenvolvimento” como promessa de redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Deste modo, pensadores “alter-nativos” que teorizaram a experiência de descolonização na África, tal como Frantz Fanon (1925-1961), tiveram o devido reconhecimento intelectual a partir de Fausto Reinaga (1906-1994), um intelectual indígena *ch'ixi*, cujo trabalho desafiava o eurocentrismo por meio de uma interlocução ancestral-moderna: “Reinaga denuncia la naturaleza a la vez material y mental del sistema de dominación, que expropia y privatiza energías laborales, recursos y bosques, pero que también usurpa pensamientos, ideas y palabras.” (CUSICANQUI, 2018, p. 26).

Silvia Cusicanqui procura captar o processo de colonização intelectual a partir de pensadores que tratam/trataram o assunto colonial desde suas próprias perspectivas críticas, tal como Pablo Gonzáles Casanova e Georges Balandier, mas, principalmente, quando se dialoga com pensadores *ch'ixi* de sua própria região: Fausto Reinaga, Franz Tamayo, Gamaliel Churata, Jaime Mendoza.

Por isso, uma simples “tradução” do conhecimento sobre a colonialidade à linguagem das políticas públicas globais, assim como a discussão mais recente feita pela denominada “colonialidade do saber”, não altera a dinâmica estrutural de opressão e silenciamento cultural. O trabalho de Walter Mignolo, entre outros, “desde los años noventa ha sido la de crear satrapías académicas en las universidades más elitistas del norte, vendiendo la idea de la descolonización a sus nuevas audiencias, rebautizada como lo “post-colonial”, o lo “de(s)colonial”. (CUSICANQUI, 2018, p. 27).

Uma das principais controvérsias em torno da colonização intelectual está no fato da trajetória do pensamento anticolonial na América Latina conter raras interpretações a partir de teóricos e instituições situadas no próprio território latino-americano, uma vez que recebeu a devida atenção a partir de pesquisas realizadas em universidades europeias e norte-americanas, por pesquisadores/as não necessariamente oriundos da América Latina. Assim, cabe revalorizar trabalhos teóricos anteriores a atual discussão decolonial ou pós-colonial, cujas análises já interpretavam a experiência colonial, tanto no mundo prático quanto intelectual.

Em *La Creación de la Pedagogía Nacional* (1910), Franz Tamayo, por exemplo, “llamaba *bovarystas* a los pedagogos e intelectuales de escritorio, que



importaban métodos de gimnasia sueca y programas educativos franceses para instalar en el país formas de enseñanza elitistas e imitativas, modernas sólo en apariencia.” (CUSICANQUI, 2018, p. 28, grifo da autora).

Franz Tamayo entende o povo indígena, e talvez toda a sociedade latino-americana, como inteligente, mas bipolar e inapta a criar uma nação própria ou habitar um território próprio. Ao mesmo tempo, esta dupla formação – pelo que se é com a forma pela qual se é pensado – torna-se fundamental para a compressão do chamado *double bind* mestiço como potência ambivalente para nosso território. O binarismo pelo qual se procura captar as nuances da sociedade latino-americana é uma disjunção própria das relações coloniais, impedindo se “sermos nós mesmos”.

O termo *double bind* recuperado por Silvia Cusicanqui se refere às situações contraditórias pelas quais se compreende o território latino-americano devido à uma dupla restrição que lhe é imposto. Ou seja, é forma pela qual a epistemologia *ch'ixi* procura reconhecer e viver criativamente as diversidades intrínsecas de seu território (CUSICANQUI, 2015, 2018).

Os significados para as palavras desenvolvimento e progresso também podem nos ajudar a entender essa reflexão. São palavras que circulam no território que atualmente conhecemos como Bolívia a muitas décadas, porém possuem significados distintos para os habitantes originais do território andino, especialmente considerando o idioma e cultura *aymara*, dos atribuídos pelos acadêmicos. As palavras desenvolvimento e progresso quase não existem na língua *aymara*. Nesse contexto, o termo desenvolvimento foi incorporado como um conjunto de símbolos do que é a vida civilizada, resultando na compreensão que toda intervenção reforça o modelo colonial (CUSICANQUI, 2015).

As imagens analisadas pela socióloga em seu trabalho<sup>1</sup> mostram como a noção de desenvolvimento se converte em metáfora. O projeto de desenvolvimento entende que seus beneficiários são ignorantes, miseráveis, pobres. Os destinatários do desenvolvimento são considerados como incapazes, são vistos como grupos sem recursos e capacidades para se sustentar. Então, precisam da ajuda dos governantes e dos ricos.

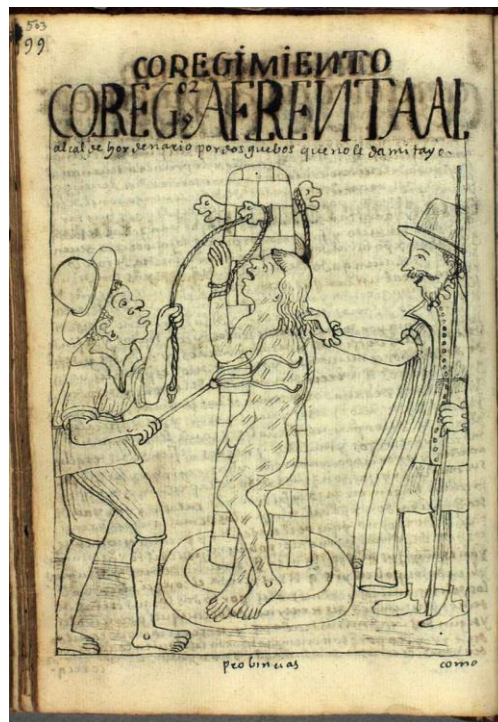
Quanto à ideia de desenvolvimento para a epistemologia *ch'ixi*, cabe destacar o seu duplo sentido sobre esse ponto de vista. Uma primeira compreensão do desenvolvimento (*desarrollo*, em espanhol) diz respeito ao “rolo” que grande parte das pessoas é submetida, ou seja, à situação de aprisionamento intrínseco às diretrizes do desenvolvimento. Deste modo, quando uma ideia se torna uma crença universal, a defesa do desenvolvimento para o mundo “em vias de desenvolvimento” se transforma em uma opinião inquestionável.

Por outro lado, o desenvolvimento também é um “rolo” em seu sentido historiográfico. “El rollo era un pilar hecho de piedra que se erigía frente a la Iglesia en los pueblos de reducción en la época colonial. En el rollo se ataba a los herejes y revoltosos y se los sometía a escarnio público.” (CUSICANQUI, 2018, p. 71).

---

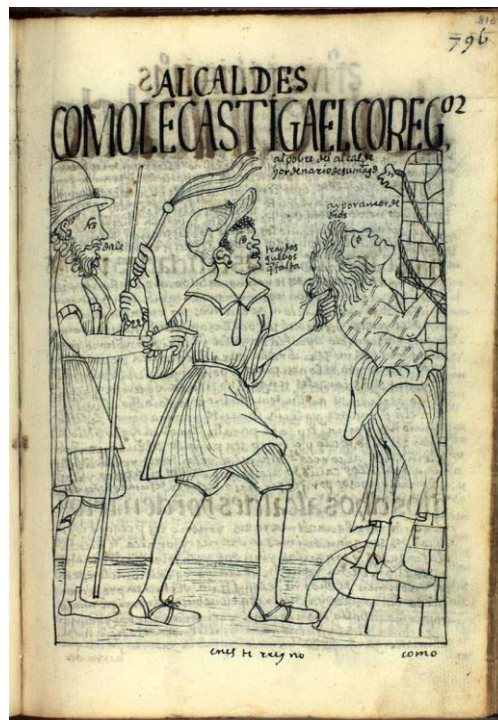
<sup>1</sup> Ver capítulo “La universalidad de lo ch'ixi. Miradas de Waman Puma” (CUSICANQUI, 2015).

**Figura 1** - “Corregimiento. Corregidor afrenta al alcalde hordenario por dos güebos que no le da mitayo”, Felipe Guamán Poma de Ayala, Desenho 202 (1615)



Fonte: Det Kongelige Bibliotek. Disponível em: <http://www5.kb.dk/permalink/2006/poma/503/es/text/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

**Figura 2** - “Alcades: cómo le castiga el corregidor al pobre del alcalde hordenario de su Magestad”, Felipe Guamán Poma de Ayala, Desenho 300 (1615)



Fonte: Det Kongelige Bibliotek. Disponível em: <http://www5.kb.dk/permalink/2006/poma/810/es/text/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

Muitos desenhos de Felipe Guamán Poma de Ayala, tal como estes das Figuras 1 e 2, apresentam pessoas amarradas, a maioria indígenas, e açoitadas no “rolo”, seja por espanhóis ou por negros escravizados. Esta segunda compreensão sobre o desenvolvimento apresenta o seu caráter punitivo a partir do cruel disciplinamento dos corpos indígenas em função de ganhos com produtividade e especialização das culturas agrícolas, as quais que rompiam com a lógica da diversificação das estratégias, da multiplicidade de cultivos, além da articulação rural-urbana transnacional dos povos tradicionais (CUSICANQUI, 2018).

## UM NOVO MERCADO PARA UMA NOVA ECONOMIA

Um dos temas centrais no debate sobre as formas de organização social e as perspectivas de desenvolvimento nas dinâmicas coloniais de dominação diz respeito à estrutura formada pelos Mercados. Desde a crise de acumulação capitalista das décadas de 1970 e 1980 até o período mais recente, o mercado foi sendo entendido como um dos vilões das políticas internacionais; uma palavra inimiga do povo, cuja existência precisava ser afastada. Mas, enquanto, de um lado, a mercantilização do rural e das populações urbanas poderia representar a desestruturação das comunidades, por outro, a formação de economias populares e locais trazia a possibilidade de novos caminhos para a acumulação de capital.

Por meio desta perspectiva, Silvia Cusicanqui defende que o Mercado seja compreendido como parte de um fenômeno histórico global de longa duração. A crise do pensamento sobre o Mercado, sobretudo, desde a década de 1980, faz com que repensemos as diversidades e heterogeneidades latino-americanas, e sua ligação direta com as relações e trocas coloniais. Deste modo, muitas palavras e terminologias são colocadas em evidência na explicação das relações sociais, tais como mercado, cidadania, desenvolvimento, descolonização, por conterem conteúdo e significado, supostamente, comum. “Es necesario repensar el hecho – dato histórico conocido – que existieron mercados desde los albores de la sociedad humana y de que no todos ellos desembocaron en la acumulación capitalista.” (CUSICANQUI, 2018, p. 42).

A suposta racionalidade econômica do Mercado não tem conseguido respaldar as constantes e cada mais agudas crises financeiras globais, levando a um questionamento amplo sobre o nível de alienação e privatização em que se ancora o Mercado atual. “¿Qué entendemos por racionalidad económica? ¿Hasta dónde vamos a conceder a la ideología del progreso todas las mentiras empaquetadas con las que nos ha envuelto durante tantos años?” (CUSICANQUI, 2018, p. 51).

Neste sentido, é fundamental que se entenda profundamente sobre as formas comunitárias de organização econômica; alternativas ao Mercado tradicional operado pela “mão invisível”. Por este caminho, poderíamos “inspirarnos para reactualizar maneras más orgánicas, saludables y humanas de **hacer cosas en y con el mercado**, pero también resistiendo sus lógicas totalizadoras.” (CUSICANQUI, 2018, p. 51-52, grifo nosso).

Trata-se de uma perspectiva que procura revalorizar as atividades mercantis de longa duração existentes no território no sentido de orientar o funcionamento dos mercados de racionalidade puramente econômica para

garantir uma organização social baseada no reconhecimento das heterogeneidades sociais, bem como no respeito ao espaço ambiental ocupado.

Si esto fuera posible, tendría que anclarse en una contra esfera pública formada por diversidad de comunidades de vida, en cuyas redes y articulaciones podríamos (re)construir tejidos de significación y ecologías interculturales, a partir de los sistemas de intercambio material y simbólico realmente existentes desde el interior del propio mercado. Es obvio que eje de semejante propuesta no podría ser otro que una ética del bien común, no sólo en aras de la sobrevivencia humana y la reproducción de lo social, sino también en pos de la sanación del planeta y de la reconexión de nuestras pequeñas angustias con los latidos y los sufrimientos del *pacha* (CUSICANQUI, 2018, p. 52).

Mas, então, o que fazer com o Mercado? A perspectiva de Silvia Cusicanqui sobre esse tema não aponta na direção da desmercantilização das relações sociais, uma vez que tais relações mercantis sempre estiveram presentes nos povos mais tradicionais, mas procura questionar as formas alienantes dos mercados capitalisticamente organizados. As comunidades locais organizadas são, de fato, produtivas, presentes no chamado mundo urbano e atuantes, por exemplo, em feiras ecológicas ou *qhatus* (mercado anual, mensal ou semanal com exposição de diversos produtos). Os saberes oriundos dessas práticas também puderam pensar em propostas para o uso do dinheiro, tal como o *pasanaku*, um sistema de crédito rotatório por sorteio, usual nos grêmios, associações ou grupos de afinidade, cuja circulação beneficia a todos os participantes de forma igualitária.

Outros exemplos estão nas feiras livres, nos movimentos de troca, nas atividades comerciais de rua, na produção artesanal e local, e, também, nas atividades cognitivas que produzem outros pensares, tal como o ativismo político, a dança coletiva, a alimentação em grupo.

Deste modo, uma certa recusa geral e amplificada das relações mercantis a partir de posturas neoliberais acabam reforçando o objetivo estratégico do predomínio de um mercado mais formalizado e menos complexo possível do ponto de vista social. As lógicas *ch'ixi* de sociabilidade e sobrevivência urbana não enfocam somente as condições materiais, mas, também, os aspectos políticos e culturais, por meio da “creación de espacios de cuestionamiento y prácticas a contrapelo de la degradación de la política y de las apuestas delirantes por los fetiches del **desarrollo y el progreso.**” (CUSICANQUI, 2018, p. 70, grifo nosso). A inteligência e a astúcia contida em tais práticas permitem resistir à força do capital e do Estado entre meio suas próprias fissuras, construindo comunidades cada vez mais sólidas.

Pienso que es un privilegio vivir en un espacio desde el cual se puede experimentar y repensar cosas como la desobediencia organizada, la resistencia comunitaria, las formas comunales de autogestión, la desprivatización *de facto* de servicios y espacios públicos, las formas alternativas e iconoclastas de hacer política desde lo cotidiano/femenino, que nos ayudan a defendemos de las lógicas perversas del sistema capitalista (CUSICANQUI, 2018, p. 72).

Os questionamentos e as perspectivas de Silvia Cusicanqui sobre o Mercado procuram conduzir uma reorientação múltipla sobre os saberes relativos à organização política, econômica e ambiental das sociedades, resultando em um processo mais comunitário para as nossas ações, com coerência entre o público e o privado. Mesmo que, para atingir a este objetivo, seja preciso utilizar-se do Mercado. O Mercado atual ou aquele que ainda está para ser criado.

Em sua crítica ao Estado mostra como na atualidade os conflitos têm alcançados limites sem precedentes que parecem passar despercebidos pelas elites. Como se essas elites vivessem em outro mundo “apostando por las tecnologías de la desinformación, la masacre, y la adopción de políticas públicas secretas, todo lo cual transforma el sistema formal democrático, en una dictadura de salón y de escritorio.” (CUSICANQUI, 2010, p. 20).

O Estado busca manter o status de dominação e segue encobrendo formas arcaicas de domínio. No caso boliviano, o Estado promoveu ajustes que levaram a intensificação das condições de exploração do trabalho, demissões em massa e a abertura do território para as corporações e foram nomeados com termos alusivos a propostas com boas intenções recorrendo a palavras como capitalização, desenvolvimento humano sustentável, ajuda humanitária (CUSICANQUI, 2010). Esse uso da linguagem foi responsável por encobrir a distância entre o que se esperava desses projetos e o que, de fato, aconteceu na realidade após essas transformações. Demonstrando uma distância entre o que são e o que parecem ser.

## **(IN)CONCLUSÕES**

A diversidade do pensamento social latino-americano tende a contribuir sobremaneira para as reflexões críticas para o campo do desenvolvimento regional. Contribuições como as de Silvia Cusicanqui procuram questionar a relevância dos Mercados regionais capitalisticamente organizados na concepção de desenvolvimento regional. Deste modo, este artigo procurou refletir sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional como elementos que compõem relações de poder próprias do desenvolvimento capitalista, mas, também, pensar alternativas cognitivas e de ação política desde e com o desenvolvimento regional.

Entre os usos para a noção de desenvolvimento podemos destacar: reflexões a respeito de mudanças sociais, nos estudos sobre modernidade e pós-modernidade, nas propostas de caminhos sustentáveis para o desenvolvimento, nas análises das implicações no território da expansão do capitalismo, para delimitar a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre outros. Além disso, pode-se destacar a presença de propostas para desenvolvimento das regiões que, em linhas gerais, propõe alinhar Estado e mercado para promoção de desenvolvimento econômico, social e sustentável, com destaque para a proximidade entre o que se entende como desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento econômico.

No cenário da América Latina apresentam-se intensos desafios para lidar com as consequências da conformação do desenvolvimento regional nas últimas décadas e, quem sabe, superá-las. O neoliberalismo gerou um imaginário regional de desesperança e medo, noções determinantes para a implantação de

políticas de ajuste e austeridade. Essa narrativa foi construída com base em políticas, discursos, mecanismos, leis e ações políticas que colocaram o neoliberalismo como única saída possível (DINERSTEIN, 2016).

Reconhecer no desenvolvimento regional possíveis expressões de narrativas resultantes da colonialidade do pensamento científico pode abrir caminhos para a produção de análises a partir da materialidade das condições de vida e, conseqüentemente, dos problemas latino-americanos, bem como desvelar iniciativas alternativas de desenvolvimento alicerçadas em outros pilares diversos daqueles estabelecidos pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, nos desafia a pensar o que entendemos por desenvolvimento e quais significados atribuímos a essa noção. Estaríamos tornando desenvolvimento sinônimo de desenvolvimento econômico? Considerando desenvolvimento regional como uma representação de um tipo particular de civilização? Invisibilizando culturas, modos de viver e produzir em nome de um projeto único? Estaríamos colocando todas as nossas apostas na ideia de que a produção científica, o mercado e o Estado seriam capazes de promover um tipo ideal de desenvolvimento?

Silvia Cusicanqui entende os Mercados como atividades econômico-sociais genuínas dos povos desde um longo passado. Para que os benefícios gerados pela mercantilização das relações humanas sejam diversos frente às heterogeneidades em que se encontram inseridos é fundamental que se compreenda sua formação e organização a partir de seu aspecto multidimensional. Portanto, não caberia ao desenvolvimento regional, enquanto sua mirada multissignificativa, incorporar tais perspectivas em suas análises a respeito dos mercados regionais? Deste ponto de vista, os aspectos multidimensionais do desenvolvimento regional deveriam ser aplicados à esfera do Mercado? Será possível organizar um Mercado pensado a partir das bases críticas do desenvolvimento regional?

As obras de Silvia Cusicanqui e suas análises nos mostram que não é apenas possível, mas essencial, olhar para a forma pela qual as culturas podem nos conduzir na interpretação e compreensão do social, uma vez que possuem trajetórias próprias, que revelam aspectos do mundo social que não estão evidentes. O reconhecimento dessas trajetórias coloca diante de nós o desafio de conhecer, entender e promover a autodeterminação dos povos.

Esta necesidad de autodeterminación significa simultáneamente un anhelo, hasta ahora frustrado, de formar parte de un proyecto nacional-popular de raíces verdaderamente democráticas y pluralistas, y la voluntad de mantener una identidad y una capacidad de irradiación propias, sustentadas en la autonomía cultural india (CUSICANQUI, 2010, p. 217).

A autodeterminação ou auto-organização das nações, pessoas e comunidades locais se refere a uma das tradições no debate sobre autonomia, pela qual se questiona o sistema hegemônico de desenvolvimento, produtor de desigualdades nunca anteriormente vistas (BÖHM; DINERSTEIN; SPICER, 2010). Neste sentido, assim como entende Silvia Cusicanqui, a autonomia e a autodeterminação dos povos não se encontram fora das relações mercantis, tampouco do Estado, ou afastada do desenvolvimento, mas, deve ser vista como uma luta permanente e constante no interior de todas essas dinâmicas. Isto é,

por meio de outra ótica, a partir da leitura de John Holloway, a autodeterminação social nunca é estática, pois, desta forma, simplesmente não existiria. Tudo que existe é o impulso constante para a autodeterminação (DINERSTEIN, 2015). Por isso, caberia ao desenvolvimento regional incorporar a perspectiva crítica dos movimentos autônomos e por autodeterminação social? Uma discussão crítica sobre a interrelação entre Estado, Mercado e Sociedade a partir dos processos autônomos poderia beneficiar as reflexões no interior do campo do desenvolvimento regional no Brasil e na América Latina.

Diante das brechas apontadas por Silvia Cusicanqui na forma pela qual as ciências interpretem a realidade, da presença das formas de colonização nas relações sociais, especialmente do colonialismo interno, na análise das formas de uso da linguagem que visibilizaram povos e culturas, na crítica ao mercado e na possibilidade de reorientar a organização política, econômica e ambiental encontramos contribuições significativas para pensar e problematizar como pensamos o desenvolvimento regional na América Latina e como podemos, a partir de nossas reflexões críticas, criar novas perguntas e construir novos caminhos para a ação e a interpretação diante de uma realidade social marcada pelas desigualdades socioespaciais.

## REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999. 160 p. (Geografias).

BÖHM, Steffen; DINERSTEIN, Ana C.; SPICER, André. (Im)possibilities of Autonomy: Social Movements in and beyond Capital, the State and Development. *Social Movement Studies*, 9:1, p. 17-32, 2010.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para América Latina? In: BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

CACOPARDO, Ana. “Nada sería posible si la gente no deseara lo imposible”. Entrevista a Silvia Rivera Cusicanqui. *Andamios*, v. 15, n. 37, mayo-agosto, 2018, p. 179-193.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Oprimidos pero no vencidos: Luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980*. Bolívia: La Mirada Salvage, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Un mundo ch'ixi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DINNERSTEIN, Ana Cecilia. *The politics of autonomy in Latin America: the art of organising hope in the twenty-first century*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

DINNERSTEIN, Ana Cecilia. Organizando la esperanza: utopías concretas pluriversales contra y más allá de la forma valor. *Educ. Soc.* [online], 2016, v. 37, n. 135, p. 351-369.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. 399 p.

ISSERMAN, A. Regional science. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, Editors-in-Chief: Neil J. Smelser and Paul B. Baltes, Oxford, 2001, p. 12930-12935.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desde el laboratorio neo-desarrollista a la resurgencia neoliberal. Una revisión creativa del “doble movimiento” polanyiano en América Latina. *Revista Estado y Políticas Públicas*, n. 7, 2016.

SIMBIOSIS CULTURAL, Colectivo. Manifiesto ch'ixi. In: CUSICANQUI, Silvia Rivera; AILLÓN, Virginia (Coord.). *Antología del pensamiento boliviano contemporáneo*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. Libro digital, PDF - (Colección Antologías del pensamiento social latinoamericano y caribeño).

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p.334-360, setembro-dezembro, 2019.